

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A SITUAÇÃO DO ENSINO NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS E EXPERIÊNCIA INOVADORA

Márcio Alfaia da Paz¹
Carmen Lourdes Freitas dos Santos Jacaúna²

RESUMO

O presente trabalho apresenta referências para inovações ao processo de ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade de ensino desenvolvida junto a alunos detentos da Escola Municipal “Vitório Barbosa” na Unidade Prisional de Parintins, localizada na esquina das ruas Nações Unidas e Paes de Andrade. No decorrer do desenvolvimento deste trabalho utilizaram-se análises pertinentes a pesquisa qualitativa, visando à interpretação do mundo através da consciência do homem, num processo de formação, atos, relações, pensamentos, memórias e sentimentos. Para tanto, fez-se necessário analisar e compreender as modificações da Lei de Execução Penal de 1984, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que norteiam a condição dos alunos detentos bem como a formação profissional de um educador graduado em Geografia e a sua prática de ensino voltada a esses alunos. Contribuindo com esse trabalho, utilizou-se como sugestão, a análise de um modelo de educação exitosa que prioriza a intervenção de acadêmicos nas áreas específicas no processo de ensino e aprendizagem, como é desenvolvida no Presídio de Araguaína (TO). A pesquisa teve como principal objetivo, identificar o modelo de ensino da Escola Municipal “Vitório Barbosa” da Unidade Prisional de Parintins, e conhecer experiências da Educação de Jovens e Adultos-EJA, desenvolvidos em outra unidade prisional com o intuito de propor alternativas para favorecer o ensino e a aprendizagem na referida Unidade. Considerando que o direito à educação permite a escolarização, criando condições de melhor exercício de sua cidadania, através das diferentes modalidades educacionais favorecendo a reintegração social. A pesquisa apontou que ensinar exige um processo de reflexão e participação de todos os atores sociais responsáveis por esse processo e, ao mesmo tempo solicita do professor mediante atuação no ambiente escolar específico como em uma Unidade Prisional, o desenvolvimento de múltiplas competências capazes de entender a escola como um espaço capaz de tornar seus alunos livres e autônomos, mesmo sendo uma contradição difícil de ser superada. Encontrar no professor um sujeito que é ao mesmo tempo lá de fora e do presídio, mas que não permite limitações em sua atuação pode auxiliar na restauração da confiança desse aluno detento e da sociedade.

Palavras-chaves: educação de alunos detentos, formação profissional, reintegração social.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP/UEA e-mail: alfaia.marcio@gmail.com

² Mestra em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – Docente do Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP/UEA - e-mail: carmen.lfsj@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa que propomos apresentar investigou o tema “Educação de Jovens e Adultos: A situação do ensino na Unidade Prisional de Parintins e experiências inovadoras” teve como principal objetivo identificar o modelo de ensino seguido na Escola Municipal “Vitório Barbosa”³ da Unidade Prisional de Parintins, tendo como base experiências da Educação de Jovens e Adultos-EJA, desenvolvido em outra unidade prisional com o intuito de propor alternativa para favorecer o ensino e a aprendizagem na referida Unidade pesquisada.

Partimos de apreciações feitas na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal (LEP), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394) e no Plano Nacional de Educação (PNE), que legislam a educação de detentos, analisamos a modalidade de ensino desenvolvida na Unidade Prisional de Parintins/AM, para posteriormente apontar como sugestão ao trabalho docente o modelo desenvolvido na escola do Presídio de Araguaína – TO. Diante disso, mediante adequação e empenho de todos os atores responsáveis pelo trabalho desenvolvido na Escola Municipal Vitório Barbosa, viabilizará facetas de conhecimento das reais condições que ocorre o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula da Unidade Prisional de Parintins, ao mesmo tempo.

Além disso, a contribuição enfatizará o compromisso da Secretaria Municipal de Educação do Município de Parintins – SEMED, como responsável pela qualidade do ensino nessa unidade prisional, sob a coordenação da equipe da Educação de Jovens e Adultos - EJA, modalidade de ensino realizada na Escola Municipal Vitório Barbosa, a fim de prover a escola com profissionais qualificados, no sentido de estarem aptos para ministrar as disciplinas necessárias ao processo formativo desses alunos e ao mesmo tempo disponibilizar um ambiente adequado e necessário para esse fim.

O trabalho aqui apresentado relacionou a diversidade docente vivenciada por educadores, suas metodologias, suas dificuldades de atuação junto a dez alunos detentos da escola Municipal Vitório Barbosa e ao mesmo tempo buscou compreender como o profissional graduado em Geografia atua como mediador no processo de ensino aprendizagem com alunos detentos trabalhando todas as disciplinas da grade curricular, e por fim, discutir a possibilidade de firmar parcerias com as universidades públicas locais ou outras instituições de ensino.

³ Jovem que suicidou-se em uma das selas da Unidade Prisional de Parintins

Diante deste mundo de percepções, o método aplicado na pesquisa foi o observacional e fenomenológico baseado na teoria de Émile Durkheim (1946)⁴, que trata os fatos sociais como coisas, pois tudo que é informado pelos sentidos é mudado em uma experiência de consciência, fenômeno que se consiste estar consciente de algo como: coisas, atos, relações e outros. Voltando o pesquisador seus pensamentos à relação sujeito-objeto, proporcionando o conhecimento da real situação da operacionalidade do ensino público na Escola Municipal “Vitório Barbosa” da Unidade Prisional de Parintins – UPP. Sendo assim foi utilizada como técnica de pesquisa a aplicação questionários direcionados ao professor e aos dez discentes detentos, a fim de coletar dados para o estudo.

O desenvolvimento do trabalho destaca o ato da reflexão do professor com base na obra de José E. Romão (2009) e Brandão (2005), autores que tratam sobre a reflexão do professor sobre o processo de sua qualificação profissional; o educador como questionador de uma sociedade ativa onde o mundo exige profissionalismo, experiências e dinâmica, o meio social interferindo nesse processo contínuo de aprendizagem cabendo ao profissional a busca por conhecimentos; a respeito da metodologia e didática docente na prática de ensino e sua influencia no nível de aprendizado do discente.

Discorreremos também sobre o ambiente escolar favorável ao processo de ensino através de seus principais fatores, a prática de ensino diferenciado e o planejamento de acordo com a realidade de cada aluno detento, ou seja, o currículo contextualizado, a diversidade das práticas que favorecem a aprendizagem e a relação professor aluno através da reflexão. A educação através da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA na Unidade Prisional de Parintins – UPP, é vista nesse contexto como forma de buscar resultados positivos através do método educacional aplicado pela Secretaria Municipal de Educação, que encaminha as políticas de formação contínua de professores atuantes no âmbito social deste Município, promovendo as adequações das leis vigentes na área educacional, a fim de proporcionar a alfabetização e as posteriores aprendizagens aos jovens e adultos privados do direito à liberdade, mas não do direito à educação formal, no presídio público de Parintins/Am.

1 A EDUCAÇÃO PERMEADA POR UM PROCESSO HISTÓRICO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

No Brasil, a EJA vem passando por um processo de modelagem e adequação, portanto, faz-se necessário retroceder no tempo para conhecê-la e ao mesmo tempo defini-la

⁴ Considerado um dos pais da Sociologia moderna

como uma modalidade de ensino inserida como uma prática necessária e multicultural na sociedade brasileira.

Constantemente a educação vivencia processos de mudanças, ajustam-se as leis educacionais, seus parâmetro e bases curriculares. Assim, a Constituição Federal como a Lei Magna do país, declara já em 1934 “a educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos (art. 149)”. Direito subjetivo que tem por finalidade melhorar a qualidade de vida da sociedade escolarizada. Diante disso, o Estado e Setor Público têm por obrigação oferecer à sociedade meios para que esse direito seja cumprido com equidade e justiça . Assim, educação formal precisa abranger a todos e não se restringir apenas às pessoas que tem acesso às instituições formais de ensino. O processo definido pela Constituição Federal busca a perspectiva de melhorar a qualidade de vida e a formação de cada cidadão, demarcada pela relação educação e desenvolvimento, pela ideia de educação como investimento.

Pressupõe-se que para propiciar ou melhorar a qualidade de vida de uma sociedade, a educação é o suporte principal, pois a ação desta serve como base para esse processo de desenvolvimento implantado. Porém, em virtude das longas distâncias entre o direito adquirido e o cumprimento deste em um país como o Brasil, sempre se encontraram dificuldades para proporcionar a educação a todos os brasileiros. Como uma alternativa, a igreja Católica toma frente de um novo método para alfabetizar via rádio, com apoio do Governo Federal, tendo como objetivo “alfabetizar e dar lições de vida através de transmissões por pequenas emissoras”, sendo assim, senão a melhor forma de beneficiar o maior número de alunos, porém seu alcance chega aos lugares mais longínquos do país, no caso (a casa e o ambiente de trabalho dos ouvintes).

Em 1961 o MEB – Movimento de Educação de Base, veio contribuir para o processo de ensino, tendo como objetivo “a formação de comunidades conscientes e prontas para o desenvolvimento de sua autonomia e para a busca de alternativas de trabalho”. A inspiração vem das ideias do educador brasileiro Paulo Freire, ou seja, da educação em diálogo entre os seres humanos. Segundo informações obtidas junto a Cúria Diocesana de Parintins⁵, a opção preferencial pelas regiões Norte e Nordeste é porque elas eram definidas como áreas populacionais do país em que os indicadores socioeconômicos revelavam situação de pobreza e, conseqüentemente, apresentavam índices sociais e econômicos abaixo dos desejados.

Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na

⁵ Sede Administrativa da Diocese

década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

Na década de 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não formal e como suplência da mesma. Com isso, desenvolve-se no Brasil a tão conhecida corrente: o sistema MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)⁶, propondo princípios opostos aos de Paulo Freire, pois no ensino, as palavras eram preestabelecidas, escritas em cartazes, quadro, ou fichas de descobertas, com o objetivo de ensinar a ler. No ensejo, destaca-se a importância do curso supletivo, e os cursos profissionalizantes os quais preparam os alunos a atuarem no mercado de trabalho, com base em problemas sociais particulares do povo (SOEK, 2009, p. 15).

Mais a frente, a Constituição Federal de 1988 fecha o círculo em relação ao direito à educação e à obrigatoriedade escolar na Legislação Brasileira, resgatando o conceito de educação como direito público subjetivo. A tendência da democratização educacional fixa o processo educativo não apenas para as crianças, mas principalmente para jovens e adultos que na infância não tiveram acesso à escola, surge uma nova história na educação brasileira promovida através da modalidade de Jovens e Adultos (EJA). A abordagem cronológica feita para demonstrar como se deu a evolução da educação para jovens e adultos no Brasil foi necessária, pois a Escola Municipal Vitorio Barbosa, objeto de estudo da pesquisa ora relatada utiliza essa modalidade de ensino público.

Apesar de encontrar-se em situação de cárcere, os alunos detentos têm direito ao ambiente escolar e a educação que é um direito de todos, demandando um desafio aos Governos Federal, Estadual e Municipal. Equacionando tais desafios, e diante da necessidade de oferecer educação para os detentos da Unidade Prisional de Parintins, a Secretaria de Educação do Município de Parintins (SEMED), promoveu no dia 11 de abril de 2005, a aula inaugural na Escola Municipal “Vitorio Barbosa” desenvolvendo a modalidade de ensino EJA. A implementação das aulas visavam atender as necessidades dos detentos, e com objetivo “preencher o tempo ocioso do cidadão recluso com ações ligadas a questão educacional formal, auxiliando no entretenimento, na valorização da cidadania e reflexão acerca de questões como justiça, dignidade, fraternidade e amor ao próximo”.

⁶ Projeto brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos.

Com base na Constituição Federal, a Lei de Execução Penal (LEP), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que garantem o acesso dos detentos brasileiros aos estudos, a Escola Vitório Barbosa instala-se para proporcionar oportunidade de reintegração social através da educação formal. A regularização das Leis voltada à educação é aplicada na garantia de um processo educacional de qualidade, a fim de que todos os privados do direito de ir e vir sintam-se livres na escolha de sua formação como cidadão e sujeito ativo perante a sociedade. Esta preparação é fundamental à reintegração social e inserção ao mercado de trabalho, o qual busca mão de obra cada vez mais qualificada e com experiência e de acordo com suas áreas específicas.

Atualmente, a SEMED, por meio dos Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos, vem buscando parcerias para oferecer além de aulas do Ensino Fundamental, cursos profissionalizantes, para abrir portas e oportunidades de trabalho aos alunos detentos.

Visando o direito ao ensino escolar amparado constitucionalmente pelo artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu Artigo 205, define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dando suporte para esse entendimento, a Lei de Execução Penal (1984) em seus artigos abaixo rege:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino do 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Tendo em vista a falta de informação sobre o que é disposto na Lei acima citada, são poucos os que têm direito a usufruí-la. A formação profissional garantida pelo Art. 17, da Lei de Execução Penal ainda esta distante da atual realidade dos presidiários da UPP, o Ensino Fundamental que é ministrado nessa Unidade é pouco para a formação de muitos pais e mães de família que se encontram detidos e são estudantes ativos na UPP. No entanto o Art. 18, da referida Lei, trata do ensino de 1º grau, obrigatório.

Para cumprir este dispositivo legal, a equipe técnica da SEMED, busca parcerias para que seja efetivada a referida Lei, ao mesmo tempo qualifica profissionais para atuar especificamente com alunos na UPP, pois ainda que o ato de educar seja exercido com

facilidade por muitos professores, atuar em um ambiente insalubre, no qual para a sociedade muitos são condenados pela indisciplina no meio social, ainda é constrangedor, desafiador e desconfortável, conseqüentemente, este cenário implica receios a alguns profissionais.

Em se tratando especificamente dos direitos da mulher detenta, o Parágrafo único da LEP, determina que o “ensino profissional seja adequado à sua condição”. Condição esta que lhe garanta o acesso ao ensino e a escolha deste ensino. No seu Art. 20, se dá destaque aos convênios com entidades públicas ou particulares, possibilitando a oferta de cursos especializados, qualificando o conhecimento e o profissional das detentas.

Desta forma, a Educação de Jovens e Adultos – EJA desenvolvida na UPP necessita ser pensada como um modelo pedagógico específico, pois, os alunos que a frequentam possuem características de aprendizagens diferentes dos alunos de uma escola do ensino regular. Neste sentido o currículo deve considerar o tipo de pessoa que se deseja formar, contextualizando as necessidades dos alunos.

Os alunos desta modalidade de ensino em condições normais caracterizam-se principalmente pela diversidade deste público, merecedor de uma cuidadosa consideração, pois os sujeitos que ingressam nesta modalidade de ensino são pessoas em sua maioria de baixa renda, enfrentando longa jornada de trabalho durante o dia, e chegam à escola carregando saberes, visões de mundo e de trabalho. Conforme Freire (2001, p.23):

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

A Educação de Jovens e Adultos oportuniza o acesso à linguagem escrita e ao universo de saberes produzido historicamente nas diferentes áreas de conhecimento, aos educandos trabalhadores que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos por diversos motivos como: falta de condições familiares favoráveis, falta de incentivos das políticas públicas, problemas de saúde, ou até mesmo por necessidade de priorizar o trabalho em detrimento dos estudos etc.

No caso dos alunos detentos, essa realidade não é muito diferente, pois grande parte deles não tiveram acesso à escola e a privação de sua liberdade lhes subtrai esse direito. Para suprir essa falta de oportunidade no que se refere ao acesso à escola, surge a oportunidade de fazê-lo através da EJA que traz em sua natureza algumas práticas pedagógicas como a participação, o diálogo, a problematização, a socialização, a interdisciplinaridade, a

integração, a totalidade, a relação teoria-prática, capazes de contribuir com a ressocialização dos alunos detentos, fazendo-os conhecer seus direitos e deveres dentro da sociedade, além de cooperar na sua própria reintegração social.

2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE UM EDUCADOR E A QUALIDADE DE ENSINO VOLTADA AOS ALUNOS DETENTOS

Diante desse universo de conhecimentos é necessário entender qual a necessidade de se promover a qualificação na vida profissional de um educador. Refletir sobre sua formação cidadã e humana, o seu lado profissional e social. Atuar na área educacional, sob qualquer circunstancia, é assumir compromisso com o desenvolvimento efetivo da sociedade. Nesse desafio, o professor educador reflete sobre seus atos e suas práticas, bem como a sua formação. Sentir-se capacitado e competente a fim de atuar em qualquer ambiente docente é sem dúvida estar preparado em exercer a real função do professor. Para José Romão (2009, p. 75);

“Ninguém nasce educador. Alguém torna-se educador (ou deseducador) no decorrer da existência, no incessante processo de estruturação/desestruturação/reestruturação dos equilíbrios pessoais e coletivos provisórios, na teia das relações sociais, no fluxo permanente das interações entre teorias e ‘práxis’”.

No entanto, o mesmo autor afirma que o professor é/sendo institucionalizado, uma vez que mantém relações metódicas, formais e sistematizado com outros seres humanos na qualidade de orientador com a mediação do saber sistematizado, pode construir e fortalecer a base de seu trabalho.

Cabe ao professor o compromisso com a sociedade, e claro, consigo próprio. Relacionar-se com uma sociedade sem perder seu valor, sem apagar ou anular contexto histórico educacional o qual faz parte. Capacitar-se na área que atua e fazer cursos que dão suporte ao lado profissional como educador, é uma das formas que este profissional assume a sua responsabilidade perante a sociedade, na busca por cristalizar seus conhecimentos e fortalecer sua participação social. Como assegura Romão (2009):

Enquanto o saber sistematizado, com densidade epistemológica, pode ser adquirido em cursos, treinamentos e capacitações o ser educador vai se construindo como o saber adquirido na teia das relações historicamente determinadas, que vão construindo as dúvidas, perplexas, convicções e compromissos. (p.74)

Desta forma, não há como ignorar a necessidade de se analisar aspectos de inserção do professor na sociedade atual. E buscar uma abordagem de suas várias dimensões de seu

papel, atribuído ou conquistado. Principalmente quando se trata de um professor desenvolvendo seu trabalho junto a alunos detentos em uma Unidade Prisional, como no caso aqui representado. Para isso, as instituições de ensino superiores, no que seja pertinente aos cursos de graduação, precisam oferecer cursos de especialização, capazes de preparo profissional para lidar com essa realidade tão diferente e sobrecarregada de preconceitos. Para Callai (2003), as universidades devem atuar perante a formação dos professores/acadêmicos, no sentido de que:

Os novos cursos na universidade devem informar, permitir que o aluno adquira um grande repertório de conteúdo e saiba discuti-los teoricamente; ou deve formar um bom professor que saiba discutir e ensinar o processo de aprender e daí transite entre os conteúdos e os aspectos pedagógicos de forma a realizar um ensino consequente com aquilo que se espera da escola no mundo atual. (p. 34)

No entanto, para atuar satisfatoriamente diante do meio social específico como o citado acima, o professor deve qualificar-se e continuar sempre buscando aperfeiçoar seus conhecimentos, para que se torne mediador do processo de ensino, atuando num ambiente onde a exclusão social é mais visível e acentuada. Sendo conhecedor e sensível a este cenário, que se apresenta a partir de um contexto de reclusos, o profissional estabelece metas e prioridades que destaquem a necessidade da educação formal, não apenas como parte de uma dívida social do Estado, mas também como maneira de assegurar o cumprimento da própria letra Legal. Inerente a esse pressuposto, o trabalho docente não deve apenas mediar conhecimentos, mais que isso, deve encaminhar propostas e reflexões que assegurem a construção de uma cidadania crítica em meio a um processo histórico social posto a sua frente.

2.1 Compartilhando vivências na Escola Municipal Vitório Barbosa

Para o cumprimento do que havia sido planejado e dos objetivos traçados para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado, foi fundamental a permanência do pesquisador na escola em estudo. Esse fato proporcionou vivências específicas de uma sala de aula com características próprias como a existente na Escola Municipal Vitório Barbosa. O pesquisador, como acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia, em face do campo da pesquisa, delimitado na Unidade Prisional de Parintins - UPP compreende que os desafios foram muitos, porém, a disponibilidade do professor e dos alunos detentos que tomaram parte na observação, expondo os seus pensamentos a respeito do processo pesquisado, entre outros fatores serviu de incentivo para que a pesquisa se concretizasse.

No decorrer da pesquisa direcionada pelos aportes fenomenológicos, foi possível descrever as experiências vividas, mediante o expurgo de suas características empíricas e suas considerações no plano da realidade essencial. Este método busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção. Busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências, ou seja, a relação sujeito-objeto. (GIL, 2010, p.75)

Em conversa com o profissional, ficou clara, sua definição como profissional-professor. Declarando a princípio, que o ambiente de trabalho causou-lhe receios, principalmente aos professores recém-formados que não conhecem realidade do ensino fora da Universidade, bem como a do professor pesquisador que possui experiências, tornando assim um desafio.

Atualmente cumprem pena na UPP 130 detentos, sendo que dez alunos estão matriculados regularmente na escola. Mas, para que chegássemos até os alunos, fizemos a exposição da pesquisa, a maneira que seria desenvolvida, porém, apenas 09 alunos aceitaram participar.

O primeiro passo foi providenciar a autorização para garantir a entrada do pesquisador no campo, com objetivo de apresentar o projeto e fazer as primeiras observações, bem como evidenciar objeto de pesquisa ao docente e aos alunos detentos.

A produção científica é uma das atividades mais importantes para a obtenção da qualidade e da eficiência universitária, pois esse tipo de produção é oriundo de um projeto de pesquisa, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos no decorrer do curso.

De acordo com seus objetivos, a investigação desenvolveu-se na pesquisa de cunho qualitativo, sob a perspectiva do método de abordagem fenomenológico oriundo das ideias de Husserl (1859-1938), expressa nos estudos de Apolinário (2009), que se refere ao exame da relação entre o mundo e os sentidos humanos que o experimentam, significa “aquilo que se mostra a partir de si”, o conhecimento obtido por meio da intuição que é o único verdadeiro e deve ser aceito da forma em que se apresenta (APOLINÁRIO, 2009, p. 164).

Iniciou-se a análise da pesquisa tomando a princípio a atuação do professor que desde 2010 desempenha este papel na Escola Municipal “Vitório Barbosa”, implantada na UPP desde 2005. O professor é responsável pelo processo de ensino e aprendizagem na unidade, onde ministra todas as disciplinas por modulo. Formado em Licenciatura Plena em Geografia – UEA possui sete anos de experiência como professor, sendo: quatro anos de experiência

adquiridos na zona rural do município e três anos lecionando como professor na Unidade Prisional de Parintins - UPP.

Para atuar na UPP, o professor foi convidado pela Coordenação da SEMED. Segundo o professor, sentiu-se surpreso e ao mesmo tempo privilegiado de tamanha confiança; “a princípio relutei, mas, aceitei fazer essa experiência única e bastante proveitosa”. Diante deste depoimento é visível que a falta de preparação de um educador ainda gere a insegurança de sentir-se capaz, mais nem por isso arrisca ter um novo contato e uma nova experiência. Diante da situação, é compreensível a reação do professor.

A expectativa perante a um novo ambiente de trabalho, onde é sabedor das dificuldades que encontraria, sem contar com o ambiente carregado de preconceitos, pois este professor não passou por uma formação em nível de conhecimentos específicos destinado ao ensino de Jovens e Adultos Detentos.

Esse professor carece de uma formação onde este seja visto como um mediador da aprendizagem, permitindo que seus alunos possam construir seu conhecimento utilizando os desafios impostos pela sua condição de vida. Milton Santos (1998, p. 41), relata que: “cada disciplina tem um momento em que acaba se impondo como necessidade de explicação...” e o professor em estudo apesar de uma formação específica, incumbe-se da responsabilidade de trabalhar todas as disciplinas.

Partindo desse pressuposto, o educador precisa estar preparado para interferir no processo de conhecimentos dos alunos em todas as áreas de conhecimento, sem interromper a sua capacidade de tentar resolver sozinho suas dúvidas, pois despertar a busca por novos conhecimentos nos alunos, depende muito da prática de ensino do professor. Para Vygotsky (1987, p. 33), “o mais importante é saber o nível potencial de cada alfabetizando em diferentes domínios de conhecimento: na alfabetização matemática, na alfabetização linguística”. Assim o educador tem que sentir-se seguro do que vai ensinar e como ensinar, para que não haja insegurança tanto da parte do educador quanto do aluno.

Para ministrar aulas para Jovens e Adultos é necessário partir da realidade deste aluno, conhecer a sua realidade e o nível de seus conhecimentos, assim a prática de ensino e aprendizagem será proveitosa para ambos. Ao ser questionado sobre a contribuição de sua formação acadêmica (em Geografia) para o processo de formação dos alunos detentos, ele relata que:

“todas as escolas sendo elas públicas ou particulares exercem seu papel, que é voltado à formação cidadã, na UPP a regra não é diferente. O trabalho do professor não é só ministrar conteúdos, e sim formar pessoas questionadoras, que busquem sempre mudar o pano de fundo dessa sociedade...” (fala do Professor)

Seu discurso demonstra que ele tem entendimento, que o professor por ser considerado um mediador no processo de ensino aprendizagem, precisa qualificar-se para exercer esta prática com autonomia e domínio de conteúdos aplicados, valorizando sua categoria profissional que favoreça o dinamismo, as decisões sobre o que ensinar e como ensinar.

Através do estudo da realidade, o professor irá investigar a visão de mundo do aluno e da comunidade escolar para a organização do seu trabalho, expresso em um plano de aula que leve em conta a flexibilidade das relações entre cotidiano e os conceitos científicos, construídos pelos alunos no momento da aplicação do conhecimento, em suas diversas atividades. Nesse sentido, o planejamento é visto como um importante instrumento como afirma (PARRA, 1972):

Planejar é analisar uma dada realidade, refletindo sobre as condições existentes, e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou alcançar os objetivos desejados. Portanto o planejamento é um processo mental que envolve análise, reflexão e previsão. (p. 6)

Ao conhecer os egressos da UPP, o professor tem ciência de que a EJA desenvolvida nessa unidade precisa ser um projeto voltado às pessoas com atraso educacional e analfabetas, sendo que, esta clientela é constituída de adultos e adolescentes em uma condição de carcerários. O índice de adultos e adolescentes fora da escola por motivos pessoais e políticos impostos a sociedade por falta de uma gestão comprometida com a sociedade, acabam afastando essas pessoas da escola.

No município de Parintins não é diferente, a falta de oportunidade de trabalho e a ausência de planejamento familiar, vem favorecendo o alto índice de jovens e adolescentes na Unidade Prisional de Parintins – UPP, a diversidade de situações econômicas e familiares foi observada pelo educador diante do conhecimento da realidade do aluno através de suas fichas e algumas situações com o contato familiar.

A partir do contato com a realidade dos alunos, deparamo-nos muitas vezes com a falta de compromisso destes jovens e adolescentes dentro do ambiente familiar, é por isso, que a escola muitas vezes funciona como elo mediador no processo de construção da cidadania. Sobre essa questão, o Professor opina:

“A escola tem um papel importante, neste ambiente, pois trabalho de forma dinâmica e interativa as aulas, aproveitando os vídeos do telecurso 2000, mostrando como os trabalhadores estudantes de nível fundamental atuam no mercado de trabalho. Seria prepotência minha dizer que o ensino aqui ministrado seja capaz de transformar de uma hora pra outra o caráter de cada um, mas, sem dúvida nenhuma a escola e o ensino são muito importantes, resgatar a dignidade que cada um merece,

com a participação dos familiares que de certa forma tornam-se ausentes”. (fala do Professor)

Pressupõe-se, no entanto, que a escola não pode e nem deve tomar para si a responsabilidade de educação familiar e sim motivar ou despertar o perfil profissional dos alunos, as suas capacidades de conhecimento, suas práticas de estudo, sempre estabelecendo regras para estudo, orientando e tentando conscientizá-los de que a educação formal pode lhe proporcionar o caminho para a melhoria de qualidade de vida do interno.

O Professor que atua na UPP vê a disciplina Geografia como uma arte, trabalhar essa disciplina para ele é mágico, sendo que necessita de muitos materiais para dar suporte as suas aulas. No entanto, a necessidade de desenvolver trabalhos de campo, trabalhos de pesquisa em livros, revistas ou *internet*, ou apresentar um vídeo documentário, são atividades inviáveis em virtude desses recursos. Além disso, as orientações repassadas pelos coordenadores da EJA da SEMED são ajustadas as regras da UPP, fazendo com que o plano de aula se torne bastante limitado. Conseqüentemente, o docente se depara, por muitas vezes, com o fato de os alunos deixam de frequentar as aulas por não as acharem interessantes.

Para o professor a escola dentro da UPP, exerce sim um papel importante na formação dos detentos, pois considera a peça importante ao processo de resgate da dignidade de cada detento. Ele afirma: “a escola precisa ser competente naquilo que lhe cabe: ensinar bem, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica...” Contraditoriamente, ao averiguar as práticas de ensino, juntamente com a equipe pedagógica e equipe técnica foi percebido que elas estavam aquém do esperado, pois tais práticas nem sempre despertam o interesse dos estudantes e pouco fortalecem o processo de ensino e aprendizagem.

Ele considera que a busca por novos horizontes fora da UPP, dependerá muito dos conhecimentos e ensinados adquiridos durante o período de estudo. A formação, através da (re) educação os tornam homens de valores, pois ao mesmo tempo que a sociedade os condena, ela é responsável por encontrar um caminho da reinserção social plena.

3 AMBIENTE ESCOLAR: A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE RESGATE DA CIDADANIA

Definir o ambiente escolar e suas características é uma prática dinâmica, pois, o lugar e o ambiente definem suas características e seus reflexos na sociedade escolar. O ambiente escolar não influencia o processo de ensino e aprendizagem pela sua precariedade, mas limita a busca de novos conhecimentos diferentes de sua realidade dentro da UPP.

É nesse sentido, que tentamos definir a importância da escola, o seu papel diante de uma sociedade ativa, portadora da realização do presente com perspectivas de futuro. A intervenção na ordem de existência da sociedade, uma vez que o ser humano é dotado de uma condição ativa. Diante deste universo segue a baixo, imagem do mapeamento da UPP, onde tornou-se ambiente escolar, possibilitando conhecimentos.

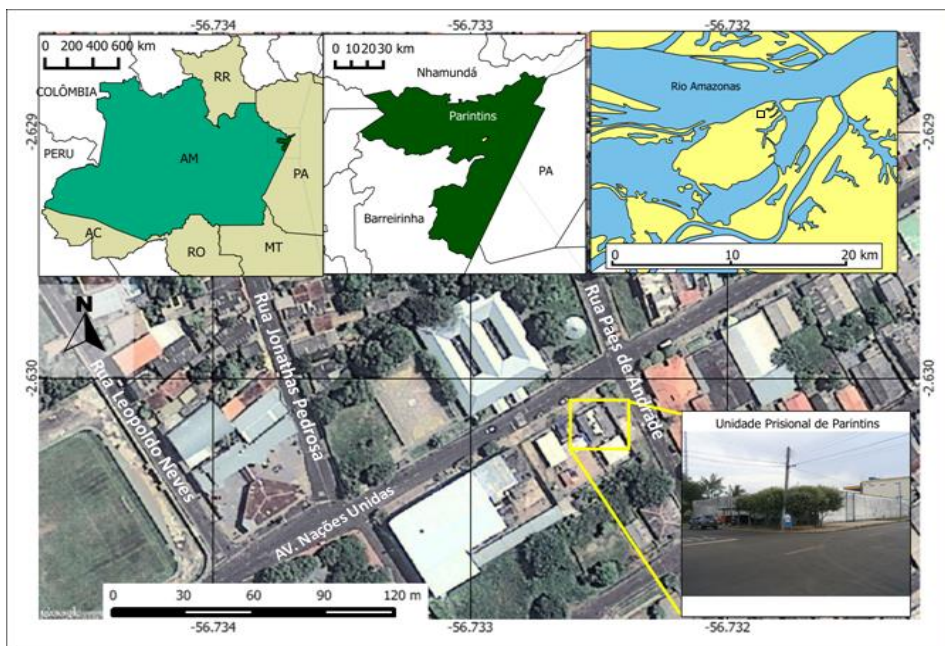


Figura: Localização da Unidade Prisional de Parintins/AM
Fonte da Imagem: Google Earth/2013
Organizadores: Rildo Marques/ Márcio Alfaia

Na UPP, o ambiente escolar tomou formas deste quando foi fundada, aperfeiçoando a necessidade dos alunos, mesmo que ainda deixe a desejar. Uma sala foi adaptada pra receber os alunos, dando oportunidade ao ensino dentro da UPP. Para o aluno A1, que cursa do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental – EJA, a escola é “o ambiente em que estudamos não é um ambiente de qualidade o qual nos merecemos, mas enquanto não temos um local adequado esse vai dando e aprendendo um pouco e isso é importante para nos alunos” (sic).

De fato, a escola deve ser um ambiente ao mesmo tempo formada por alunos, tem que ser constituída por professores capacitados, aptos a atuarem em suas áreas específicas ou em qualquer outra. É perceptível a necessidade desta qualidade de ensino na escola pública quando o aluno expressa a importância da escola. Mesmo assim, é relevante entender que esse direito lhe é assegurado, mesmo que o ambiente escolar não seja o ideal.

Quando questionados sobre a estrutura da escola em sua aprendizagem, relatam a dificuldade para esse processo quando dizem: “temos um pouco de dificuldade. Porque a

nossa sala de aula não dá uma situação melhor, para nós. É pequena e desconfortável em algumas coisas. E precisamos de melhoria na nossa escola” (sic).

O ambiente estrutural interfere no aprendizado do aluno quando não supre a necessidade desta busca por conhecimentos. A dificuldade ortográfica é um reflexo dessa precariedade, afirmamos isso por entendermos que a dificuldade na escrita expressa a ausência de leitura. Estamos falando de jovens e adultos que estão estudando fora da idade, o processo de alfabetização como uma metodologia renovadora, deve ser praticada para sanar esse problema.

Para os alunos detentos, cada dia um novo olhar sobre as dificuldades, o que fortalece o desejo da busca pelo melhor. O ambiente descrito pelos alunos, o qual para eles deixa a desejar, parece que os motiva a buscarem de novos conhecimentos, sentir-se acolhido e valorizado na sala de aula, interagir seus saberes adquiridos no dia a dia. Podemos tomar ciência de que o ambiente influencia ou auxilia no processo de ensino. Assim, a obtenção de um ambiente favorável, adequado, propício à prática de ensino, não será luxo para esses alunos, sim uma necessidade básica.

Diante desta oportunidade, a necessidade de aprofundar seus conhecimentos ainda é grande, os alunos têm dificuldades de aprender apenas com um professor, descrevem a dificuldade nas disciplinas: Inglês, Português e Matemática. Mas, tentam superar com o auxílio do professor.

Ao serem indagados sobre a contribuição do professor para o fortalecimento de sua aprendizagem destaca-se o posicionamento de um aluno “o professor faz o que pode e até o que não pode para nos ajudar e não nos prejudicar”. A diversificação das práticas de ensinar é reconhecida por todos, porém, sabe-se que existem dificuldades e limitações.

Desta forma, é na escola que o preso passa a sentir-se mais sujeito do que objeto, onde pode sentir-se mais livre, pois é na escola que ele tem a liberdade de falar o que pensa, de expressar suas ideias e revelar-se verdadeiramente como cidadão. Segundo Brandão (2005, p.8) “As ideias transformam as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Todo o conhecimento e experiências adquiridas em sala de aula são bagagens que podem transformar paulatinamente os presidiários.

Um dos alunos expressou: “para não permanecer na sela, prefiro estar na sala de aula”, ao mesmo tempo vê a necessidade de uma sala que ofereça estrutura melhor, com mais espaço, um ambiente mais confortável que favoreça o processo de aprendizagem, assim como um laboratório de informática e biblioteca, mesmo encontrando-se em um presídio acha importante e favorável, ao afirmar:

“Estamos em uma fase da nossa vida, recomeçando. E é importante para nos estudarmos aqui, é bom estudar e aprender novamente o A, B, C, D... Não, o ambiente é pequeno, não temos uma biblioteca. Para pesquisamos, novos livros. A necessidade de internet e laboratório de informática, física, torneios, etc...(sic)”

A escola da UPP é um espaço onde as tensões são aliviadas no momento em que entram em sala de aula, o que justifica sua existência e seu papel na ressocialização dos presos, pois os apenados que têm acesso à educação terão mais probabilidades de acesso ao mercado de trabalho, para isso a escola deve cumprir seu papel perante a sociedade.

A escola sendo um projeto de recuperação de alunos detentos ainda é falha, pois para que ela cumpra com seu papel que é “formar cidadãos para o futuro”, necessita de apoio para revitalizar seu objetivo que é “reintegrar” os detentos a sociedade, desta forma necessita de apoio dos demais órgãos públicos, como: Secretaria de Saúde, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança, entre outras.

Fazendo planos para sua reintegração quando sair do presídio e enfrentar a vida em sociedade, alimentam a expectativa de conseguirem fazer novos cursos que para os detentos é importante, sentem-se capazes de fazer a diferença fora do presídio, e acreditam ser uma maneira de valorização pessoal:

“Nós temos um professor apenas, e tem esse ensino que é bom, mas não prepara tanto para um bom emprego, um concurso, a informática e outros cursos profissionalizantes nos ajudaria muito, para futuramente não cometermos o mesmo erro”. (depoimento de um aluno)

Ao analisarmos minuciosamente sua declaração percebemos que eles anseiam por uma escola mais eficiente. A escola que todos querem é a formadora de cidadãos, seja qual for o lugar, o ambiente em que ela for implantada, a escola que querem é a escola cognitiva construtivista, que lhes possibilite a aquisição do conhecimento crítico e transformador. Que seja um ambiente favorável à transformação do ser/estar perante a sociedade em que vive. A escola que utiliza uma metodologia voltada ao desenvolvimento do pensamento ativo, que seja comprometida com a busca do desenvolvimento de competência e habilidades nos alunos, capaz de promover sua ressocialização e garantir uma vaga no mercado de trabalho. Esse é o perfil da escola almejada por todos os alunos entrevistados. Apresentamos essa visão geral dos anseios desses estudantes no quadro abaixo.

VISÃO GERAL DOS ANSEIOS DOS ALUNOS DETENTOS DA UPP

Questões inerentes ao posicionamento dos alunos detentos sobre a qualidade do ensino na UPP	Sim	Não
1-Você acredita que o ensino desenvolvido aqui contribui para sua formação?	45%	55%
2-O ensino lhe possibilita aprendizagens suficientes para uma futura atuação profissional?	25%	75%
3-Você encontra diferenças entre o ensino daqui com o ensino lá de fora?	15%	95,0%
4-O ambiente escolar é favorável à sua aprendizagem?	13%	87%
5-Você acredita ser importante a existência de um professor por disciplina?	98%	2%
6-Ao receber o regime semiaberto você pretende continuar seus estudos?	97%	3%

Quadro: Demonstração da importância da escola na UPP.

Fonte: Pesquisa realizada na Escola Municipal “Vitório Barbosa” - 2012

Diante desses resultados podemos visualizar os anseios dos alunos detentos, tanto em relação à qualidade de ensino, pois a necessidade de possibilitar conhecimentos que lhes tornem capazes de concorrer a uma vaga em um concurso, tornando homens de valor diante da sociedade que exige uma qualificação de qualidade. A busca por parcerias seria a opção esperada por esses alunos, pois as pequenas empresas do município de Parintins e até mesmo das pequenas cidades vizinhas exigem experiências, a oportunidade de serem inseridos seria através dessas parcerias.

O apoio a Educação vem de parcerias voltada ao processo de formação do cidadão, no entanto, nada melhor do que termos diante deste universo de pessoas profissionais qualificados, atuando de acordo com suas especificidades, também são um dos fatores que os detentos citam ao responderem as perguntas acima, 98% deles sentem a necessidade de profissionais capacitados, 97% ainda mesmo que fora do presídio ainda pretendem estudar, pois nada que um apoio e estímulo para que este não perca a vontade ser diferente, e tentar mudar.

4 O PROCESSO DE ENSINO ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO MEIO ESCOLAR NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS: UM MODELO DESENVOLVIDO NA UPA DE ARAGUAÍNA (TO)

Na busca de sugestões para contribuir com o ensino desenvolvido na Escola Municipal “Vitório Barbosa”, analisamos uma nova proposta de reintegração ao meio social, desenvolvida na Unidade Prisional de Araguaína - TO, em um presídio de segurança máxima que desenvolve experiências educativas, na perspectiva da reintegração social. A educação obedece às demais Leis referentes ao direito de acesso à escolarização como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal (LEP), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE), ao mesmo tempo em que visa os propósitos da ruptura com o processo de exclusão/marginalidade.

Assim como na UPP, na UPA, funciona a Educação de Jovens e Adultos-EJA, que atendeu em 2007, 62 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 28 no Ensino Médio. Números que tiveram alterações ao longo deste ano letivo, com as transferências dos detentos para outros presídios ou por que estes entram em regime de liberdade provisória. Na UPA, lecionavam 07 professores graduados nas áreas em que atuavam, eram contratados em regime temporário, e seguiam as orientações de uma coordenadora pedagógica.

Segundo dados obtidos no Artigo Científico “Da marginalidade à inclusão: a socialização através da educação no Presídio de Araguaína (TO)” 2008, desenvolvido por: Luiza Helena Oliveira da Silva (Universidade Federal - TO), Francisco Neto Pereira Pinto (Campus de Araguaína) e Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito (Tocantins - TO), há resistência dos professores efetivos em assumir esse trabalho na unidade prisional, por isso a necessidade de contratar professores temporários.

Para atender os interesses dos alunos a UPA dividiu-se o trabalho por Módulos. O Módulo I, trata dos materiais voltados aos alunos detentos, com o objetivo de observar o nível de conhecimentos e a qualidade da aprendizagem desses alunos através da escrita “redação”, tendo como meta a elaboração de ementas específicas aos acadêmicos das universidades, voltando o pensamento aos futuros professores da Educação de Jovens e Adultos.

O ensino ministrado na unidade penal visa permitir a aquisição do letramento, da leitura e da escrita e da leitura de mundo, que permita a inserção do apenado ao convívio social, para isso, é utilizado o material da EJA, com adaptações à realidade do ambiente sendo necessária uma “adequação à realidade carcerária”.

O Módulo II tem como nome “Ensino diferenciado: didática e práticas pedagógicas em educação de adultos”, trata da formação do professor, o apoio de equipes na área educacional para a formação de professores que atuam em presídios, desta forma dando sustentabilidade e continuidade ao processo de ensino aos Jovens e Adultos, de acordo com o Artigo 4º, LDB, que prevê a oferta de uma educação regular com características e modalidades adequadas às necessidades de jovens e adultos. Levando-nos a refletir sobre a necessidade de uma universidade atentar para a formação de professores sensíveis às questões que a prática educativa de adultos sob custódia requer.

Os trabalhos deram início com as turmas de 7º período de Letras da UFT, analisando suas ementas e inserindo textos que despertassem um novo olhar sobre as especificidades das turmas de jovens e adultos sob custódia, acompanhados dos professores atuantes no presídio. Em seguida elaboração de planos de aula específicos de acordo com as necessidades observadas nas redações elaboradas pelos alunos. A elaboração de discussões com equipe pedagógica atuante e futuros professores foi bastante construtiva, levando em conta as relações de poder que descrevem limites para o que dizer /o que silenciar.

4.1 A possibilidade de propor e firmar parcerias com as universidades locais

Para melhoria da qualidade de ensino na UPP, a SEMED, a cada dia vem buscando implantar inovações ao processo de ensino na escola municipal “Vitório Barbosa”.

A equipe torna-se responsável pela busca de novas parcerias para inserir cursos profissionalizantes, mas se depara com o preconceito da sociedade, pois, falar de escola dentro de um presídio ainda causa constrangimento à sociedade, mas a equipe está tentando mudar esta imagem.

Assim como a estrutura inadequada do presídio para implantação de outras atividades, a falta de espaço para realização de atividades, a própria sala de aula, que é pequena, sem climatização, banheiro sem higiene, as próprias celas, são questões desumanas para os que estudam e até mesmo o que trabalham, e que poder público, administrativo, ainda estão de olhos vendados aos detentos do município. Devido esse descaso, muitas vezes impulsionaram os detentos a revoltar-se, chegando a influenciar em seus comportamentos, refletindo também para a sala de aula.

A equipe SEMED junto ao professor atuante elaborara atividades que complementara o plano de aula, pois são limitadas ao ambiente, utilizando de estratégias metodológicas, como interações com os assuntos dados ao que presenciaram na vida lá fora, visitas frequentes

da equipe da SEMED, pois sempre foi bem recebida e por esse motivo, muitos demonstram afeto e atenção, sentimentos estes que não recebem família.

Tratando de formação profissional, precisam ser desenvolvidos trabalhos mais comprometidos voltados a presidiários, como forma de ressocialização, a intervenção de acadêmicos no período de estágio seria uma das propostas viáveis a uma iniciativa para futuras formações de professores qualificados. A Educação de Jovens e Adultos, exercida atualmente não deixa de ser um processo de alfabetização. Desta forma a intervenção das universidades estaduais e federais, ativas no município é uma opção positiva para esse processo. Assim as demais instituições: IFAM, CETAM, SENAC e SENAI, órgãos estes que podem contribuir com o processo de formação profissional dos alunos detentos, a parceria para essas formações são necessárias, pois a educação é o reflexo do desempenho de uma sociedade em um todo.

O ensino desenvolvido na Unidade Prisional de Parintins – UPP, tem o objetivo de buscar resultados através do método educacional aplicado através da Secretaria de Educação com formação a professores que atuam no âmbito social do município, voltando ao pensamento as modificações das leis na área educacional, leis que priorizam o alfabetismo e o ensino aprendizagem aos jovens e adultos fora da idade certa e que encontram-se em presídios. Para a conquista de profissionais qualificados nas áreas a jovens e adultos é necessários obter parcerias, pois a qualificação tem que ter um processo, sendo: professor-aluno-parcerias. O professor se sentirá preparado para mostrar seu trabalho de forma satisfatória aos seus alunos, para que futuramente possa profissionalizar-se e tornar-se um bom profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, através dessa pesquisa o contato com a realidade de como ocorre o processo educacional dentro da Unidade Prisional de Parintins, faz-nos refletir sobre as ações e a formação dos profissionais que estão saindo de uma universidade.

Ao refletir sobre o compromisso da sociedade com o ensino, oferecendo oportunidades a jovens e adultos detentos, como forma construtiva, visando à qualidade de vida desse cidadão, agir e saber agir diante de uma sociedade ativa é saber refletir sobre suas ações.

Diante do resultado da pesquisa, é impossível não refletir sobre a necessidade de um ambiente escolar de qualidade, oferecer um ensino de qualidade, formar professores capazes de enfrentar a realidade de um presídio, atuar como profissionais.

O compromisso com os órgãos públicos, um olhar mais parceiro e ativo diante de uma realidade brusca, a qual acaba vedando o olhar de novas expectativas de nossos alunos detentos, pois o pior crime de cometemos é de furtar a oportunidade de serem cidadãos. Quem sabe até contribuirmos para a melhoria do ambiente físico da sala de aula e para a seleção de professores qualificados para ministrarem aula na Escola Municipal Vitório Barbosa.

Portanto, sentimos a necessidade em mostrar uma realidade que por muitos é desconhecida, realidade essa que por preconceitos sociais, não ultrapassa os muros da UPP. Mostrar que há um professor, mesmo enfrentando o dia a dia com muita dificuldade, tem compromisso sério com a educação e principalmente servindo de espelho para que enxerguem a esperança de dias melhores através do conhecimento escolar.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosilene Souza, et al. **Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas** – Belo Horizonte: Autentica Editora; 2009. – (Coleção estudos em EJA).

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A vocação de educar-algumas palavras sobre o exercício do trabalhador da educação**. Mineo, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2000.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV**. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **PARECER nº 699/71. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71**. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. 2º ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

<http://www.cienciasecognição.org/>> Acesso em: 19 de outubro de 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3º ed. – São Paulo: Saraiva, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos**. Relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, ROMÃO. **Educação de jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez/ipf, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. – São Paulo: Contexto, 2008.

LUFT, Lya. **Minidicionário**. 20º ed. – São Paulo: Ática, 2001.

MIRABETE, J. F. **Lei de Execução Penal**. 5. São Paulo: Atlas, 1993.

Secretaria de Estado Educação e Cultura de Tocantins. **Projeto de Ressocialização Educativa na Casa de Custódia de Palmas**> Acesso 19 de outubro de 2012.